



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 14/2022/TRE-RO

PROCESSO SEI Nº. 0002863-32.2021.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2022 (SRP)

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, REGISTRAR O PREÇO DO(S) PRODUTO(S) ABAIXO DISCRIMINADO(S), conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **GRAFICA PORTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.539.260/0001-07, com sede a Rua Clóves Machado, nº 3171, bairro JK, CEP: 76.829-450, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3223-8065, (69) 99203-1170, e E-mail(s): graficaporto2020@gmail.com, neste ato representada por **FRANCINEI SANTOS BARRETO**, brasileiro, portador do RG nº. 395642 – SSP/RO, e do CPF nº. 438.042.172-49, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**:

1. Dados do órgão Participante desta ARP:

ÓRGÃO:	HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO-MEX/RO
SIGLA DO ÓRGÃO	HGUPV
CNPJ	09.552.435/0001-13
UASG:	160351
ENDEREÇO:	Rua Rui Barbosa,409, Centro – CEP: 76.801-010
RESPONSÁVEIS:	LISSANDRO ANONY FORTES – 1º Ten
TELEFONE:	(69) 3218-4806
E-MAIL:	almoxarife@hgupv.eb.mil.br

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade TRE/RO	Quantidade HGUPV	Valor Unitário (R\$)	Preço total do item (R\$)
01	Item 2 do edital. CALENDÁRIO - Confeção de Calendário de Mesa, dimensões mínimas de Tamanho 150x200mm, mínimo 12 folhas, com encadernação em espiral, miolo papel couchê fosco 250 gm. Base Triplex 300g, impressão colorida (CMYK + Prata), Laminação Fosca. Marca: GP. Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 20 (vinte) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).	Unidade	1.000	-	5,96	5.960,00
02	Item 7 do edital. CARTAZ	Unidade	40.000	-	0,57	22.800,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>(Modelo 2) - Impressão e Acabamento de Cartaz. Tamanho A3 (297 x 420 mm), em papel couchê liso 120g, impressão em 4x0 cores. Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. Marca: GP.</p> <p>Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 2 (dois) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 3 (três) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).</p>					
03	<p>Item 9 do edital. PANFLETO (Modelo 1) - Impressão e Acabamento de Panfleto. Tamanho Formato 16 (148 x 210 mm), com impressão frente e verso, impressão em 4x4 cores, em papel couchê liso e fosco</p>	Unidade	50.000	-	0,09	4.500,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>70g. Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. Marca: GP.</p> <p>Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 2 (dois) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 3 (três) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).</p>					
04	<p>Item 10 do edital. PANFLETO (Modelo 2) - Impressão e Acabamento de Panfleto. Tamanho Formato 32 (100 x 150 mm), com impressão frente e verso, impressão em 4x4 cores, em papel couchê liso e fosco 70g. Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. (COLA ELEITORAL). Marca : GP.</p> <p>Prazo de entrega:</p>	Unidad e	150.000	-	0,06	9.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 2 (dois) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 3 (três) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).					
05	<p>Item 13 do edital. PAPEL ADESIVO (Modelo 1) - Material: papel adesivo envernizado - Método de confecção: impressão digital policromia, uma face, 4x0 cores, com recorte eletrônico, com o tamanho mínimo a partir de 12cm x 8 cm, para ser fixado em parte externa (parede ou porta, madeira ou alvenaria). Marca: GP.</p> <p>Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 3 (três) dias corridos a</p>	M²	300	-	79,00	23.700,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 5 (cinco) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).					
06	Item 14 do edital. ADESIVO (Modelo 2) - Confecção e aplicação de adesivo filme pvc/vinil branco fosco/brilho monomérico calandrado e pintura em policromia, impressão digital personalizada e corte em alta definição, com recorte em dimensões e tamanhos variados, assim como desenhos geométricos e formas diversas, para aplicação em revestimentos, decoração de paredes, em superfícies planas, painéis MDF, totens em ACM, estandes de eventos, ambientes internos e externos, “frontlit”, adesivos promocionais, personalização de PDV, sinalização e identificação em vestuário e	M²	400	-	52,49	20.996,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	tecidos. Marca: GP. Prazo de entrega: O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 5 (cinco) dias corridos após aprovação do recebimento da arte e da requisição.					
07	Item 23 do edital. CARTÃO (Modelo 2) - CARTÃO DE VISITA - Confecção de cartão de visita em papel couché fosco 350g/m2. Tamanho 90 x 55 mm, com impressão em 4x4 cores. Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. Marca: GP. Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 20 (vinte) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).	Unidade	1.000	-	1,00	1.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08	<p>Item 28 do edital. Envelope branco para documentos, alta alvura, confeccionado em papel off-set (não reciclado) de gramatura não inferior a 90g/m2, medindo 115x230mm, personalizado com o Brasão da República (medindo 2,0cm) e, abaixo do Brasão, com os dizeres "TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA" (todos devidamente centralizados, fonte arial 14, negritados), com margem superior de 1,0cm e impressão na cor preta. Marca: FORONI.</p> <p>Prazo de entrega: Entrega até 30 dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho pela contratada.</p>	Unidade	5.000	300	0,28	1.484,00
09	<p>Item 30 do edital. Envelope pardo para documentos, confeccionado em papel kraft natural (não reciclado), de gramatura não inferior</p>	Unidade	10.000	-	0,39	3.900,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>a 80g/m2, medindo 176x250mm, personalizado com o Brasão da República medindo 2,0cm e, abaixo do Brasão, com os dizeres "TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA" (todos devidamente centralizados, fonte arial 14, negritados), com margem superior de 2,0cm e impressão na cor preta. Marca: GP.</p> <p>Prazo de entrega: Entrega até 30 dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho pela contratada.</p>					
10	<p>Item 38 do edital. CARTILHA (Modelo 1) – Impressão e Acabamento de Cartilha de até 100 páginas. Tamanho A5 (fechada) – 148mm x 210mm, incluindo a capa. Capa de papel Couchê 170gr, 4x4 cores; Miolo de papel off set 75gr, 4x4 cores; Acabamento canoa, com 2 grampos. Dois</p>	Unidade	5.000	-	8,58	42.900,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

modelos de cartilha, conforme arte a ser fornecida. Aprovação mediante entrega da primeira versão (boneca). Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. Marca: GP. Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).						
						136.240,00

1.2. No instrumento convocatório e em seu Anexo I (Termo de Referência) são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e a conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definida(s) na(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais deve obedecer ao estabelecido no item 2.0 do Termo de Referência respectivo, anexo do Edital de Licitação, resumido no quadro acima.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.5. O material do TRE-RO deve ser entregue na Seção de Almoxarifado – SEALM do TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, mediante prévio agendamento por meio do telefone: (69) 3211-2092/ 2051/ 2000, e deverá ser realizada em dia útil, dentro do horário de expediente, bem como o material do HGUPV deve ser entregue no endereço desse órgão partícipe desta licitação.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão do presente objeto será realizada pela Seção de Almoxarifado (SEALM) e a Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da unidade requisitante (item 13.3. do Termo de Referência), ou aos substitutos respectivos, na ausência dos titulares, cabendo ao Gestor e ao Fiscal, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 13 de maio de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES	FRANCINEI SANTOS BARRETO
Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva	Luciano da Silva Santos Braga



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CPF: 567.849.102-49

CPF: 812.434.482-53

Testemunha

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **FRANCINEI SANTOS BARRETO, Usuário Externo**, em 14/05/2022, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/05/2022, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 16/05/2022, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 17/05/2022, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0827283** e o código CRC **E5A4EE16**.

0002863-32.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002863-32.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO -
COMAP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico SRP n. 9/2022 – Aquisição de impressos gráficos personalizados para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes das eleições 2022.

PARECER JURÍDICO Nº 7 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio deste Tribunal, no qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual aquisição de impressos gráficos para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes do Pleito Eleitoral 2022, conforme relatado na Solicitação de Contratação 21, evento [0732538](#).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico ([0802695](#)) foi objeto de análise da Assessoria pelo Parecer Jurídico nº 48/2022 – PRES/DG/AJDG ([0804917](#)), recebendo aprovação juntamente com seus anexos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Realizadas a fase interna e iniciada a fase externa do Pregão Eletrônico SRP n. 9/2022 ([0806476](#)) por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento [0807396](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

05. Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) Relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0816903](#));

b) Documentos de habilitação das licitantes EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ 24.525.161/0001-67 ([0821652](#)), GRAFICA PORTO LTDA. - CNPJ 15.539.260/0001-07 ([0821654](#)), HC COMUNIC PAPELARIA LTDA. - CNPJ 40.352.600/0001-33 ([0821656](#)), AVOHAI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EVENTOS LTDA. - CNPJ 08.804.604/0001-00 ([0821662](#)), RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI - CNPJ 07.161.584/0001-26 ([0821664](#)), AWK EDITORA GRAFICA LTDA. - CNPJ 33.169.218/0001-23 ([0821665](#)), DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI - CNPJ 27.490.346/0001-71 ([0821666](#)) e IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA. - CNPJ 09.192.266/0001-58 ([0821667](#));

c) Informação da unidade técnica – COMAP – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos valores dos itens ofertados pelas licitantes durante o certame ([0818604](#));

d) Resultado por fornecedor ([0821674](#));

e) Ata do Pregão Eletrônico ([0821672](#));

f) Termo de adjudicação ([0821675](#));

g) Publicação do resultado do julgamento no DOU e DJE ([0821678](#)).

06. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório nº 24/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0821715](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC à Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0818207](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE SRP Nº 9/2022

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dia e horário em que poderá ser obtida a íntegra do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

10. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos, senão vejamos:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0816903](#)) e na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 09/2022-SRP ([0821672](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 4, 17, 19, 20, 21, 24 e 29 restaram fracassados.

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas nos itens 5.3 e IX do Relatório do pregoeiro ([0821715](#)), cujas justificativas demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidos no instrumento convocatório.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes: HC COMUNIC PAPELARIA LTDA - CNPJ 40.352.600/0001-33, para o item 1; AVOHAI EVENTOS LTDA. - CNPJ 08.804.604/0001-00, para o item 5; AWK EDITORA GRAFICA LTDA. - CNPJ 33.169.218/0001-23, para o item 22; DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI - CNPJ 27.490.346/0001-71, para os itens 25 e 26; EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ 24.525.161/0001-67, para o lote 1 e item 32; RODA VIVA INDUSTRIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

GRAFICA E EDITORA EIRELI - CNPJ 07.161.584/0001-26, para os itens 3, 6, 8, 11, 12 e 27; IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA. - CNPJ 09.192.266/0001-58, para os itens 15, 16, 18 e 33; e GRAFICA PORTO LTDA. - CNPJ 15.539.260/0001-07, para os itens 2, 7, 9, 10, 13, 14, 23, 28, 30 e 38.

h) Do Recurso: Não houve.

11. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

12. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0821672](#)).

13. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

14. Pois bem, os itens 4, 17, 19, 20, 21, 24 e 29 restaram fracassados. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

15. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a COMAP (unidade solicitante) deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

16. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

17. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

18. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei na 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta; e
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

22. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

23. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III – DA CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0821675](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Reafirma-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens desertos e fracassado com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos..

26. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS SILVANA IOCCA, Assessor Jurídico**, em 29/04/2022, às 18:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0822283** e o código CRC **7EC99C13**.

0002863-32.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002863-32.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 09/2022-SRP – Aquisição de impressos gráficos personalizados para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes das eleições 2022.

DESPACHO Nº 462 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, visando à formação de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registro de preços com vistas à eventual aquisição de impressos gráficos para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes do Pleito Eleitoral 2022, conforme relatado na Solicitação de Contratação 21, evento 0732538.

Após a publicação do edital do certame, não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: **a)** Relatório de propostas do sistema COMPRASNET (0816903); **b)** Documentos de habilitação das licitantes EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ 24.525.161/0001-67 (0821652), GRAFICA PORTO LTDA. - CNPJ 15.539.260/0001-07 (0821654), HC COMUNIC PAPELARIA LTDA. - CNPJ 40.352.600/0001-33 (0821656), AVOHAI EVENTOS LTDA. - CNPJ 08.804.604/0001-00 (0821662), RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI - CNPJ 07.161.584/0001-26 (0821664), AWK EDITORA GRAFICA LTDA. - CNPJ 33.169.218/0001-23 (0821665), DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI - CNPJ 27.490.346/0001-71 (0821666) e IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA. - CNPJ 09.192.266/0001-58 (0821667); **c)** Informação da unidade técnica – COMAP – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos valores dos itens ofertados pelas licitantes durante o certame (0818604); **d)** Resultado por fornecedor (0821674); **e)** Ata do Pregão Eletrônico (0821672); **f)** Termo de adjudicação (0821675); **g)** Publicação do resultado do julgamento no DOU e DJE (0821678). Por fim juntou o Relatório nº 24/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC (0821715)., expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes **HC COMUNIC PAPELARIA LTDA**, CNPJ nº 40.352.600/0001-33, para o item 1; **AVOHAI EVENTOS LTDA.**, CNPJ 08.804.604/0001-00, para o item 5; **AWK EDITORA GRAFICA LTDA.**, CNPJ nº 33.169.218/0001-23, para o item 22; **DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI**, CNPJ nº 27.490.346/0001-71, para os itens 25 e 26; **EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, CNPJ nº 24.525.161/0001-67, para o lote 1 e item 32; **RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI**, CNPJ nº 07.161.584/0001-26, para os itens 3, 6, 8, 11, 12 e 27; **IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA.**, CNPJ nº 09.192.266/0001-58, para os itens 15, 16, 18 e 33; e **GRAFICA PORTO LTDA.**, CNPJ nº 15.539.260/0001-07, para os itens 2, 7, 9, 10, 13, 14, 23, 28, 30 e 38.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Não houve registro de intenção de recurso.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da lei nº 10.520/02. Ademais, opinou pela possibilidade desta Administração optar pela contratação direta dos itens fracassados, com base no art. 24, inciso V, da lei nº 8.666/93, informando que deverá ser justificada a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se a investigação das causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto ([0822283](#)).

Vieram os autos para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico n. 09/2022-SRP

Com efeito, verifica-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

É importante registrar que, mesmo restando fracassado alguns itens na licitação, o procedimento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0821672](#)).

Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação, conforme apontado pelo bem lançado Parecer Jurídico da AJSAOFC ([0822283](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0821675](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À COMAP para se manifestar acerca da contratação direta dos itens 4, 17, 19, 20, 21, 24 e 29, que restaram fracassados, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, demonstrando a existência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventual prejuízo na espera de novo certame, ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

A demandante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 26 do Parecer Jurídico nº 7/2022 ([0822283](#)).

Por fim, devolvam-se à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/05/2022, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0822387** e o código CRC **10E46E14**.